

Nota de abertura

As formações sociais ditas modernas, erguidas sobre o modo de produção capitalista dominante, moldaram conceitos e estruturaram práticas sobre o trabalho e as atividades sociais em geral, educação incluída. Numa obra que considero um clássico da sociologia sobre esta temática, com o sugestivo título “Jovens e idosos”, António Joaquim Esteves denunciou, há 30 anos, de modo pioneiro e bastante assertivo, a sectorização daqueles. Enquanto os jovens e as crianças são educados na escola, cumprindo, compulsivamente, o seu dever de aprender, e os adultos ativos vão para o trabalho, exercendo e exercitando as suas competências produtivas, os adultos mais velhos entram na reforma, dando uso, supostamente pelo lazer, ao seu total tempo livre. Esta conceção produtivista, que se projetou na representação das pessoas e das comunidades, invadiu tudo, tornando-se um enorme preconceito de difícil remoção. Cala bem fundo, nele, a noção de realidades estanques, que se sucedem linearmente, sem jamais se interpenetrarem.

Com Jean-Pierre Boutinet, aprendi, pela Educação de Adultos, teoria e prática ancoradas na ideia de que os adultos, muito mais do que serem educados por alguém, se educam, num processo contínuo de desenvolvimento pessoal e social que abrange todas as idades da vida, e que os mais velhos, mesmo sem que o desconfiemos, estão longe de terem terminado o seu processo de aprendizagem. Bem como não desapareceu neles o desejo de aprender, sob a forma de curiosidade, que, nas sábias palavras de Edgar Morin, o trouxe até aos 100 anos. Esta é, sem dúvida, uma incontornável prova empírica do entendimento de Boutinet sobre a adultez como dinâmica e evolutiva, feita de transições e construção de itinerários, onde o pessoal e o contextual se interpelam. Esta visão é reforçada pelas pesquisas de Pierre Dominicé e Marie-Christine Josso, no âmbito das Histórias de Vida, a que os autores se continuaram a dedicar, mesmo depois de retirados da vida académica. Tudo isto aponta para a necessidade, admitida por Esteves, de confrontar a cultura industrial com a cultura da ancianidade, depois de ter já sido confrontada com a cultura operária, a cultura juvenil e a cultura feminina.

Em 15 anos de docência – e de estudo – no Serviço Social e na Gerontologia, o “idadismo” e uma espécie de “velhicismo”, foram (e são) pré-noções que procurei colocar no centro da desconstrução social, como primeiro passo na formação para a profissão. Deste tempo, me fica a memória da proporção, 4, 5 ou 6 vezes ampliada, dos mais velhos institucionalizados em relação ao total de pessoas nessas idades. A ideia de dependência, de incapacidade, de inutilidade social das pessoas mais velhas, nas conceções intuitivas dos jovens estudantes, e até menos jovens, é um prenúncio das dificuldades de um percurso formativo que acede à compreensão do carácter decisivo do trabalho profissional pela afirmação dos direitos sociais dos mais velhos, pela defesa da sua participação social, enfim, contra a sua infantilização, como se pode ler na esclarecedora entrevista a Carla Ribeirinho, neste número da revista, ou no artigo de Ana Belén Cuesta.

Muitos anos antes, quando o envelhecimento populacional se tornou mais marcado neste Nordeste Alentejano, nos anos 80 do século passado – tido

genericamente, por muitos, como o início de “um longo inverno demográfico”, mas também “ganho civilizacional”, por outros –, pugnámos, pela via da educação, por aquilo que apelidávamos de participação social útil dos mais velhos, contrariando a ideia emergente do pesado fardo social que constituíam, como aflora Tatiane Valduga. Justamente, instituindo-os como parceiros e presenças frequentes nas atividades escolares, em aldeias e escolas rurais, proporcionando-lhes atividade, enquanto ajudavam a aprender, aprendendo, de forma útil (e elevadora do autoconceito e da autoestima) para as suas vidas.

Este foi um “ponto de entrada”, à maneira sistémica, que nos abriu vistas e portas para intervenções mais abrangentes. De projetos escolares com avós e netos, comunitariamente falando, e de implicação coletiva nos pequenos territórios, nasceram as primeiras IPSS nas aldeias, precisamente para acolher os mais velhos, quando a sua legislação enquadradora produzia os efeitos mais visíveis.

Um percurso a que, de alguma forma, procuro dar sequência, num tempo de “reformado”, mas ambicionando atividade e participação, redirecionando memórias da profissão e do seu exercício, para continuar a aprender em mais um itinerário, entrando numa nova transição e prosseguindo na construção de um sentido para a vida.

Do que faz a Cooperativa e do que por lá ajudo a fazer também se dá conta nas páginas da revista: a participação social que é promovida, com o acompanhamento de uma equipa multi e interdisciplinar, e através da qual os mais velhos se educam, educando, uns com os outros e com as crianças e pessoas de outras idades.

Com propriedade se diz que começamos a envelhecer a partir do momento em que nascemos, mas é na brusca passagem de um dia de trabalho, para o dia imediato, em que, supostamente, já não se trabalha, que a perceção de se estar a envelhecer se aguça. Vê-lo-ão os que lá chegarem, assim como viram os que já lá estão.

Que este número da revista, o primeiro que se publica depois de eu ter deixado a sua direção, com a proximidade da reforma, consagrado ao Serviço Social, elucide a intervenção profissional, para que a fase da vida em que nos sentimos a envelhecer venha a corresponder a uma verdadeira transição, suave, e não a uma rutura, quantas vezes dolorosamente prolongada.

Espero que compreendam e relevem o cunho mais pessoal desta nota, cujo convite para que a escrevesse agradeço reconhecidamente. Traços de uma intervenção profissional e académica sobre uma condição, em que agora me adentro!

Abílio Amiguinho